



da Organização

dos Trabalhadores Comunistas no Sector da Vigilância da OR Lisboa

BOLETIM DEZ. 06

PCP avança com requerimento na Assembleia da República sobre as ilegalidades no sector da Vigilância no pagamento das Horas Extraordinárias:

“Ao Ministro do Emprego e Segurança Social

As relações laborais no Sector da Vigilância Privada são reguladas além da lei geral pelo contrato colectivo do sector, assinado no início de 2006 entre os Sindicatos e a respectiva Associação Patronal.

Tem-se assistido nos últimos tempos a um crescimento das situações de irregularidades no sector, mesmo de manifesto afrontamento da lei.

É hoje uma prática corrente o não pagamento devido de horas extraordinárias (quer porque não se pagam mesmo as horas, quer porque se pagam as mesmas a singelo, quer porque se impõe o pagamento em folgas). Foram já objecto de denúncia pública mesmo situações de pagamento "por fora" das horas extraordinárias e de atraso de meses no pagamento das horas.

Esta situação lesa, em primeiro lugar os trabalhadores do sector, a quem não são entregues milhões de euros de retribuições devidas, e que verão as suas pensões e reformas reduzidas no futuro. Mas lesa igualmente a Segurança Social (segundo a Associação Patronal do Sector, em mais de 5 milhões de Euros anuais, e a realidade é bem superior) e as Finanças por falta de descontos em sede de IRS.

Igualmente vulgarizadas estão práticas como a mais abusiva polivalência, a ilegal definição de horários e turnos, a ilegal alteração do local de trabalho. E ainda se encontram situações de salários em atraso ou de atraso no pagamento devido do subsídio de férias ou 13º mês.

A situação é de tal forma grave, num sector em que o peso da massa salarial é muito elevado, que começa a distorcer a própria concorrência, assistindo-se a um efeito de dumping, que, por se premiar as empresas menos cumpridoras da lei, beneficiadas perante as restantes no acesso aos concursos, empurra para baixo os níveis gerais de cumprimento da lei. Razão que motivou a que a própria Associação Patronal do Sector (AES) denunciasse publicamente (6/11/2006) a prática impune destes incumprimentos à lei.

O próprio Estado acaba por ser cúmplice deste processo, ao contratar a prestação de serviços de Vigilância pelo menor custo, sem impôr e fiscalizar o cumprimento da lei no que respeita aos direitos e à retribuição devida aos trabalhadores dessas empresas.

Venho assim requerer-lhe a seguinte informação:

Que medidas foram tomadas, no plano da Inspeção Geral do Trabalho ou noutro plano, para garantir o pleno cumprimento da lei na prestação de serviços que o Estado contrata a Empresas de Segurança e Vigilância Privada?

Que acções foram desenvolvidas pela Inspeção Geral do Trabalho em 2005/2006 de fiscalização da actividade das Empresas de Segurança e Vigilância Privada, e quais os seus resultados?

Que queixas, e qual o seu encaminhamento, foram recebidas pela IGT em 2005/2006 relativas ao sector da Segurança e Vigilância Privada?

Os deputados do PCP na Assembleia da República”

O Grupo Parlamentar do PCP, dando assim voz às reivindicações do Sector, compromete-se a pressionar o Governo para uma resposta efectiva às questões colocadas, e a dessa resposta dar conta aos trabalhadores.

25 Novembro - Mais uma grande Jornada de Luta!

No dia 12 de Outubro, cerca de 100.000 trabalhadores manifestaram-se em Lisboa.

No dia 25 de Novembro, largas dezenas de milhar de trabalhadores participaram na Manifestação Nacional convocada pela CGTP-IN para 21 Cidades.

Na Administração Pública, no Metro, nos CTT, na Sorefame, na Pereira da Costa, em dezenas e dezenas de outras Empresas, os trabalhadores vêm desenvolvendo processos de luta ao longo dos últimos meses.

O Governo multiplica-se em operações de demagogia na comunicação social, mas já não consegue esconder a realidade: a sua política tem como objectivo e resultado a acumulação de lucros gigantescos numa pequena minoria, à custa das crescentes dificuldades dos trabalhadores e suas famílias.

A luta vai continuar em 2007. Os vigilantes, a quem as entidades patronais pretendem impôr um aumento de 0% para 2007 precisam de cada vez mais reforçar este movimento.

Contrato Colectivo de Trabalho Um instrumento que é preciso conhecer!

O Sector da Vigilância está abrangido por um Contrato Colectivo de Trabalho (CCT), assinado no início de 2006 entre os Sindicatos e as Entidades Patronais.

Qualquer trabalhador do sector deve conhecer esse Contrato, já que os seus direitos e deveres estão aí estipulados. E estar bem atento às próximas negociações sobre o mesmo: Um Contrato Colectivo defende tanto mais os trabalhadores de um sector, quanto maior for a determinação e unidade destes no momento de o negociar com o patronato.

Se ainda não conheces o teu CCT, dirige-te ao Sindicato a solicitá-lo, ou manda-nos um Email para to enviarmos gratuitamente.



**TOMA
PARTIDO!**

**ADERE
AO
PCP!**

Ficha de Contacto

(para adesão ao Partido Comunista Português)

Nome: _____

Morada: _____

Telefone: _____ Telemóvel: _____

Empresa: _____

Envia esta ficha para:
Av. Liberdade 170, Lisboa
ou para o email: sector_vpl@dorl.pcp.pt

**Também nos encontras em
www.lisboa.pcp.pt**